



EDITAL
CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2021

1. DO OBJETO

1.1 O presente Chamamento Público tem por objetivo a seleção de Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que comprovem experiência em projetos de eficiência energética e enquadrem-se nas atividades desenvolvidas por Empresas de Serviços de Conservação de Energia ESCOs — interessadas em realizar o diagnóstico de eficiência energética no Município de Paracambi, para análise de viabilidade de implantar o Programa de Eficiência Energética — PEEI regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, com apresentação de Projeto de Eficiência Energética junto à Light, acompanhando-o até execução final, se for o caso, para representar o Município em chamadas públicas da concessionária de energia no período compreendido entre **2021/2023**.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

DIA 26/04/2021
HORA 15H
LOCAL Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emilio Carmo, 50 — Centro — Paracambi RJ.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL

DIA Segunda a sexta-feira
HORA Das 10h às 16h — horário de Brasília-DF
LOCAL Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro – Paracambi- RJ.

Anexos

- I — Minuta do Termo de Compromisso;
- II -- Modelo de Requerimento de inscrição;
- III — Especificação do Objeto.

Retire o edital gratuitamente pelo portal: <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/>

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, neste ato representado pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pela portaria nº 134 de 22 de Fevereiro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, em obediência ao que preceituam as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei



nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e alterações, Lei nº 13.203/201 e 13.280/2016 regulada pelos critérios estabelecidos nas Resoluções Normativas da ANEEL nºs 556 de 18 de junho de 2013, 830 de 23 de outubro de 2018 e 892 de 11 de agosto de 2020 e demais normas que regem a matéria, o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO**, de acordo com as regras que seguem:

1 DO OBJETO

- 1.2 O presente Chamamento Público tem por objetivo a seleção de Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que comprovem experiência em projetos de eficiência energética e enquadrem-se nas atividades desenvolvidas por Empresas de Serviços de Conservação de Energia — ESCOs — interessadas em realizar o diagnóstico de eficiência energética no Município de Paracambi, para análise de viabilidade de implantar o Programa de Eficiência Energética — PEE, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, com apresentação de Projeto de Eficiência Energética junto à Light, acompanhando-o até execução final, se for o caso, para representar o Município em chamadas públicas da concessionária de energia no período compreendido entre **2021/ 2023**.

2 DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, e suas alterações dispõe que as empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética, segundo regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica -- **ANEEL**.
- 2.2 A apresentação do projeto de eficiência energética é feita por meio de resposta à chamada pública da concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica, com documento que atenda aos requisitos do manual de Procedimentos do Programa de Eficiência Energética — PROPEE, cuja expertise para elaboração é das **ESCOs** - Empresas de Serviços de Conservação de Energia, com base no diagnóstico energético prévio.
- 2.3 O Município de Paracambi, seguindo sua política interna de sustentabilidade e economia de recursos energéticos, participará de chamadas públicas para seleção de projetos de eficiência energética realizadas pelas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, e apresentará projetos de eficiência energética, a fim de buscar custeio de obras, reformas e atualização das instalações hidráulicas e elétricas do município, com vistas à redução dos gastos relacionados ao consumo de eletricidade.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 3.1 Poderão ser solicitados esclarecimentos acerca do objeto deste edital até 03 (três) dias úteis anteriores ao prazo para a entrega da **DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** para representação do Município em chamadas públicas junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado



do Rio de Janeiro, até às 16 horas (**vide item 7, 7.1**), desde que por escrito, encaminhado a Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 — Centro — Paracambi — RJ.

3.2 Caberá à Comissão Permanente de Licitação, responder aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até **01 (um) dia**, antes do encerramento do prazo para a entrega da **DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** pelas empresas interessadas.

3.3 A resposta aos pedidos de esclarecimentos será através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: cplpmpparacambi@gmail.com, na parte relativa às licitações, e quem tiver interesse na participação futura deste procedimento, deverá acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

4. DA FINALIDADE

4.1 A finalidade deste procedimento é:

I – Dar publicidade à intenção da Prefeitura Municipal de Paracambi de promover o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica através de projetos executados em suas instalações, por meio de participação em Programas de Eficiência Energética PEE promovidos pelas concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro.

II -Convocar eventuais interessados na representação do Município em chamadas públicas junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, sob contrato de risco no que se refere à elaboração e a apresentação de **DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO E SUA RESPECTIVA PROPOSTA DE PROJETO** de eficiência energética no uso final de energia elétrica.

5.DO OBJETO

5.1 O objeto do presente procedimento é prospectar e selecionar Empresa de Serviços de Conservação de Energia — ESCO para celebrar termos de compromisso com o Município de Paracambi a fim de representá-lo em chamadas públicas sob contrato de risco junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro durante o período compreendido entre 2021 e 2023 no que se refere à elaboração e a apresentação de diagnóstico energético e sua respectiva proposta de projeto de eficiência energética no uso final de energia elétrica em suas instalações.

5.2 Os diagnósticos energéticos e os projetos serão elaborados e executados pela empresa selecionada segundo as especificações dos editais das concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, diante das quais a empresa aqui selecionada representará o Município de Paracambi, mediante termo de compromisso (**Anexo I**).



5.3 No âmbito da chamada pública da concessionária LIGHT entrarão no diagnóstico energético todas as unidades consumidoras vinculadas ao Município, devendo considerar os projetos de expansão e/ou criação de novas unidades municipais, especialmente a iluminação pública.

5.3.1 A empresa selecionada deverá manter diálogo permanente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, bem como a Secretaria de Planejamento, a fim de ter ciência e prospectar soluções de eficiência energética para novas unidades municipais ou expansão da iluminação pública.

5.4 Os postos objetos dos diagnósticos energéticos poderão sofrer alterações sem aviso prévio.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente CHAMADA PÚBLICA todas as Empresas denominadas ESCO que tenham comprovada experiência anterior em Programas de Eficiência Energética junto as concessionárias que abrirem seleções.

6.2 As propostas de projetos devem ser apresentadas às concessionárias ou permissionárias por empresas representantes do Município de Paracambi mediante apresentação obrigatória do Termo de Compromisso formalizado previamente entre as partes (Município de Paracambi e ESCO, selecionada por esta chamada pública), cujo modelo encontra-se anexo aos editais das concessionárias.

6.3 Todos os custos decorrentes da participação nos Chamamentos Públicos serão de inteira responsabilidade das Instituições participantes.

6.4 Não poderão participar deste procedimento de seleção:

- a) Instituições declaradas inidôneas pelo Poder Público nas esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal;
- b) Instituições que estejam cumprindo sanções aplicadas pela Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Paracambi;

6.5 É vedada, a qualquer pessoa física ou jurídica, representação de mais de uma Instituição no procedimento de seleção.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.

7.1 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE, endereçado à Comissão Permanente de Licitação deverá ser apresentada no prazo de **08 (oito) dias úteis**, a contar da publicação deste edital de chamada pública, Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 — Centro — Paracambi — RJ, na forma do item 7.2.

7.1.1 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE poderá facultativamente ser enviada para o email cplpmpparacambi@gmail.com,



com posterior envio do original, nos moldes dispostos no item 7.1, desde que observado, quanto a este último, o prazo de **08 (oito) dias úteis**, a contar da publicação deste edital de chamada pública.

7.2 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE deverá conter a qualificação completa, que permita a identificação do **REQUERENTE** e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

- a) nome completo e CNPJ da empresa interessada;
- b) cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do Código Civil, as pessoas naturais incumbidas da administração.
- g) endereço; e
- h) endereço eletrônico;

7.3 Junto à DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Demonstração de experiência na realização de Projetos de Eficiência Energética junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro;

II Ficha de Inscrição, devidamente preenchida - (Anexo II);

III Contrato social;

IV Demonstração da regularidade fiscal e trabalhista mediante:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PCFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a e d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) Caso o proponente esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o proponente, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) certificado de Regularidade do FGTS — CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.3 Qualquer alteração da qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada a forma do item 7.1.

7.4 Caso a DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE seja subscrita por procurador, deverá ser anexada procuração outorgando poderes ao subscritor para a sua apresentação.

7.5 As DECLARAÇÕES DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Que não atenderem o disposto neste edital serão desclassificadas do processo, assim como aquelas encaminhadas após o limite temporal estabelecido no item 7.1.

7.6 Após o decurso do prazo temporal também não serão aceitos adendos ou pedidos de esclarecimentos.



7.7 Documentação comprobatória da elaboração de projetos ou diagnósticos de eficiência energética dos profissionais vinculados à participante, tais como:

7.7.1 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com data anterior à publicação oficial desta chamada;

7.7.2 Certidão de Acervo Técnico (CAT) fornecida pelo CREA;

7.7.3 Atestado de Capacidade Técnica registrado no CREA;

7.7.4 Comprovação de possuir, em seu quadro permanente, os profissionais que forneceram os documentos. Tal comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) contrato social;

b) ficha de empregado;

c) contrato de trabalho;

d) registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

e) contrato particular de prestação de serviços; ou

f) Certidão do CREA.

8- DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 A sessão de recebimento e abertura dos envelopes, contendo os documentos elencados no item 7 deste edital, será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com quinze minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

8.1.1 Os representantes presentes serão identificados;

8.1.2 Após identificação dos participantes presentes, a sessão será declarada aberta pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações, e a partir de então não se admitirá mais novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes;

8.1.3 Haverá o recolhimento dos envelopes contendo documentos;

8.1.4 Serão abertos os envelopes recebidos na sessão e os encaminhados pelos correios para conferência e posterior rubrica pela Presidente da Comissão de Licitação e proponentes que estiverem presentes;

8.1.5 Será feita análise da conformidade com as exigências do Edital; e

8.1.6 Proceder-se-á à classificação dos proponentes para fins de julgamento, observando-se as prescrições do item 7 deste edital.



8.2 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e proponentes presentes.

9. DA SELEÇÃO DAS EMPRESAS INTERESSADAS

9.1 Será selecionada uma Empresa de Serviços de Conservação de Energia –ESCO para celebrar termo de compromisso a fim de representar o Município de Paracambi em chamadas públicas junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro no período entre 2021 e 2023.

9.2 Será selecionada a empresa que obtiver a maior pontuação segundo os critérios constantes dos itens 9.3 a 9.6.

9.3 São critérios de Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente:

ITEM SOLICITADO	PONTOS	PESO
a. Histórico e experiência acumulada no desenvolvimento de diagnósticos energéticos anteriores	0 a 5 (um ponto por comprovação)	3
b. Experiência acumulada na elaboração e gestão de projetos aprovados por concessionárias	0 a 5 (um ponto por comprovação)	2
c. Relações institucionais com órgãos do poder público (ou entidades que se relacionem com o objeto do convênio), comprovadas por meio de declaração	0 a 5 (um ponto por comprovação)	2
d. Qualificação da Equipe Institucional	0 a 5 (um ponto por comprovação)	1
Pontuação Máxima		40



9.4 A pontuação final será dada pelo somatório obtido nas tabelas anteriores.

9.5 Como critério de desempate, será considerada a maior pontuação obtida no item "a" da tabela acima. Permanecendo o empate o mesmo será resolvido observando as pontuações máximas dos itens subsequentes.

9.6 As propostas serão classificadas em ordem decrescente pela pontuação final obtida na avaliação de mérito.

9.7 A comprovação da qualificação técnica da proponente será realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

9.8 A comprovação da qualificação da equipe institucional será realizada mediante apresentação de atestado de responsabilidade técnica registrado na entidade profissional competente em nome de profissional responsável pela execução de serviço de eficiência energética no uso final de energia elétrica.

9.8.1 O(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao item 9.8 deverá(o) participar, necessariamente da elaboração dos projetos e somente poderão ser substituídos por profissionais de igual qualificação.

9.9 Cada documento entregue receberá pontuação de acordo com o peso atribuído ao item, limitado a pontuação máxima de 5 documentos por item.

9.10 Será escolhida a empresa que obtiver a maior pontuação.

10. DOS RECURSOS

10.1 As empresas interessadas poderão interpor recurso, por escrito, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da publicação do resultado do procedimento.

10.2 A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais INTERESSADOS, que poderão impugná-los no prazo de **03 (três) dias úteis**, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 Os recursos serão dirigidos a Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo, devidamente informado, subir para decisão final.

10.4 Os recursos e contra-razões deverão ser apresentados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emilio Carmo, 50 — Centro — Paracambi — RJ, no horário de 10 h até às 16h, ou facultativamente por meio eletrônico no seguinte endereço: cplpmppparacambi@gmail.com, respeitados os prazos definidos nos itens 10.1 e 10.2.

11 - DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO E SUA VIGÊNCIA.

11.1 Assim que divulgado o resultado do procedimento de seleção, e após vencidos os prazos recursais, a instituição vencedora será convocada pela Comissão Permanente de Licitação, para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura do Termo de Compromisso.

11.2 A convocação de que trata o subitem anterior deverá, obrigatoriamente, ser atendida no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à celebração do Termo de Compromisso.



11.3 É facultado a Comissão Permanente de Licitação, quando o convocado não assinar o Termo no prazo e nas condições estabelecidas no item 11.2.

11.4 convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou proceder nova seleção.

11.5 O Termo de Compromisso terá validade até 31/12/2023, podendo a Prefeitura, dentro desse prazo, realizar tantas participações em programas de seleção semelhantes ao do objeto deste Edital a exemplo de projetos de conservação de energia e uso racional de energia elétrica para integrar o Programa de Eficiência Energética da ANEEL, quantas forem necessárias para atender suas necessidades de modernização de sistemas prediais e utilização de novas tecnologias.

11.5.1 A critério da Administração Municipal o termo de compromisso poderá ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, mediante subscrição de novo termo.

11.5.2 Independentemente da prorrogação, ficará a empresa compromissada responsável por concluir projeto selecionado cuja chamada pública da concessionária de energia elétrica tenha sido iniciada dentro da vigência do termo de compromisso original.

12 - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 Os pedidos de esclarecimentos e ou impugnações referentes ao edital e ao procedimento de seleção deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação, por escrito, no prazo de até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data da sessão pública, podendo ser encaminhadas para o e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com ou entregues diretamente na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 — Centro — Paracambi — RJ.

13. PENALIDADES

13.1. Ensejarão cancelamento do Credenciamento e impedimento de contratar com a Administração durante a vigência do presente processo de Credenciamento, as seguintes ocorrências praticadas pelas empresas credenciadas:

- a) Recusa injustificada em assinar o Termo de Compromisso, bem como em apresentar projeto e assinar contratos e executá-los nas chamadas públicas das concessionárias de energia elétrica;
- b) Não manutenção das condições previstas neste Edital, inviabilizando a contratação.

13.2. A critério da Prefeitura, poderá ser aplicada penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das outras sanções previstas neste Edital, nos seguintes casos:

- a) Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do Credenciamento;



b) Condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

13.3. Poderá ainda ser aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV e parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8.666/93, que será proposta à Prefeita, na ocorrência dos casos do art. 88 da Lei.

13.3.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A reabilitação será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

13.4. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

13.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14. DOS PRAZOS

Data final para envio da proposta e documentação complementar - 26/04/2021

Prazo da Representação — exercício de **2021/2023**

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Este Edital será divulgado, no Diário Oficial do Município e Jornal de grande Circulação, bem como no Portal <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/>.

15.2 Este procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro.

15.3 Os prazos estabelecidos neste edital poderão ser prorrogados à critério do da Comissão Permanente de Licitação.

15.4 Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, estes ficarão automaticamente adiados para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

15.5 Toda a remuneração percebida pela empresa será de responsabilidade das concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, segundo critérios definidos em suas chamadas públicas no período compreendido entre 2021 e 2023, caso seus projetos sejam por elas selecionados, não recaiando sobre o Município de Paracambi qualquer responsabilidade financeira em decorrência desta chamada pública.



15.6. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

15.6.1. Cadastro Nacional, de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

15.6.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis

15.6.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>

15.7 A participação na presente seleção implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

15.8 Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.9 São partes integrantes deste Edital:

- a) Termo de Compromisso (Anexo I);
- b) Modelo de Requerimento de Inscrição (Anexo II); e
- c) Detalhamento das Especificações do Objeto (Anexo III)

Paracambi, 30 de março de 2021

VANIA ABBES DE ALMEIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES- PRESIDENTE



MINUTA - TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de Compromisso, a empresa oooooooooooooooooooooo CNPJ oooooooooooooooooooooo com sede na rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por seu Sócio administrador, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF ooooooooooooooooooooooooooooo COMPROMETE-SE em realizar, dentro das exigências normativas e de boas práticas, o diagnóstico de eficiência energética das unidades consumidoras vinculadas ao Município de Paracambi, para análise de viabilidade de implantação do Programa de Eficiência Energética — PEE, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, com apresentação de Projeto de Eficiência Energética junto à Light, atendendo chamadas públicas da concessionária entre 2021 e 2023, acompanhando até execução final, se for o caso, na forma e nos prazos a serem previamente ajustados entre seus técnicos e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, observando que a realização do diagnóstico de eficiência energética e a posterior apresentação de Projeto de Eficiência Energética junto à LIGHT não acarretarão qualquer contrapartida financeira por parte deste Município.

Paracambi, ____/____/xxxx.

Representante da Empresa

CNPJ



MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ao Senhor _____ Secretário Municipal de
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Prefeitura do Município de Paracambi ;
CNPJ _____ localizado _____ (endereço completo).
_____ email de contato,
representado(a) neste ato pelo(a) Sr (a) (nome do representante da Instituição)
CPF: xxxxxxxxxxxxxx, na forma do Edital de Chamamento Público nº **XX/XXXX**, vem
manifestar interesse em firmar acordo de cooperação para a elaboração do diagnóstico de
eficiência, conforme os termos descrito no edital. Neste ensejo, caso nossa entidade seja
selecionada, indico o(a) Sr(a) (nome do recebedor pela instituição) CPF:xxxxxxxxxxxxx
matrícula: xxxxxxxxxxxx telefone de contato nº xxxxxxxx para representar a empresa nas
tratativas.

Nestes Termos,
Espera deferimento.

Paracambi , / /xxxx.

Assinatura
Nome / Cargo

CNPJ



DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Diagnóstico Energético é uma avaliação detalhada das ações de eficiência energética na instalação da unidade consumidora de energia, resultando em um relatório contendo a descrição detalhada de cada ação de eficiência energética e sua implantação, o valor do investimento, economia de energia e/ou redução de demanda na ponta relacionada, análise de viabilidade e estratégia de medição e verificação a ser adotada. Entende-se por Diagnóstico Energético como a consolidação da avaliação ex ante com os dados medidos e apurados.

As informações mínimas que deverão ser apresentadas no Diagnóstico Energético estão detalhadas no Módulo 4 - Tipologias de Projeto do PROPEE, Seção 4.4 - Dados de Projeto, Item 3.2 - Roteiro Básico para Elaboração de Projetos (documentos presentes no site da ANEEL).

Conforme a seção 4.2.6.1 do documento relatado no parágrafo anterior, também deverá ser consolidada a estratégia de M&V. Dentre as informações que deverão ser apresentadas estão:

a. Acordo de intenções entre a empresa executora dos trabalhos de eficiência energética e o consumidor da EDE contratante, se aplicável;

b. Dados da empresa executora do Diagnóstico (razão social; CNPJ, nome do responsável técnico, endereço completo, telefone fixo e celular), se aplicável;

c. Apresentação do consumidor e informações sobre suas atividades, bem como o horário de funcionamento de cada unidade consumidora pertencente à Proposta de Projeto, ou em casos de projetos de grande abrangência sem identificação das UCs, deverá conter o detalhamento dos quantitativos esperados de participantes bem como seu perfil;

d. Apresentação dos objetivos do Diagnóstico Energético;

e. Apresentação dos insumos energéticos utilizados, quando aplicável;

f. Apresentação da avaliação preliminar das instalações físicas e dos procedimentos operacionais da unidade consumidora com foco no consumo de energia elétrica;

g. Apresentação do histórico de consumo e de demanda de, pelo menos, os últimos **12 (doze) meses** de cada unidade consumidora a ser beneficiada ou do modelo de consumo por classe baseados em estudos anteriores;

h. Apresentação da estimativa da participação de cada uso final de energia elétrica existente, (por exemplo: iluminação, condicionamento ambiental, sistemas motrizes, refrigeração, etc.) no consumo mensal de energia elétrica da unidade consumidora;

i. Apresentação da análise das possíveis oportunidades de economia de energia para os usos finais de energia elétrica escolhidos, descrevendo a situação atual e a proposta;

j. Apresentação da avaliação da economia de energia e redução de demanda na ponta com base nas ações de eficiência energética identificadas. Calcular o percentual de economia



do consumo de energia elétrica previsto em relação ao consumo anual apurado no histórico de consumo apresentado dos últimos 12 (doze) meses;

k. Realizar a avaliação ex ante preliminar, ou seja, calcular a relação custobenefício (RCB) do projeto com Base na avaliação realizada, de acordo com a metodologia estabelecida pela ANEEL, conforme PROPEE ou Planilha de Cálculo de RCB. Deverá ser apresentado um cronograma das etapas necessárias para a execução do projeto de eficiência energética;

i. Para sistemas de iluminação, deve-se considerar no Diagnóstico Energético a procura de evidências quanto ao tipo de reator existente (eletromagnético e/ou eletrônico) e suas respectivas perdas, pois estes dados influenciam na estimativa de economia e na avaliação dos resultados do projeto;

m. Apresentação da descrição detalhada do horário de funcionamento de cada ambiente que irá receber ações de eficiência energética;

n. Apresentação da estratégia de M&V preliminar, conformes normas e regulamentações da ANEEL;

o. Apresentação da estimativa de todos os custos envolvidos na proposta, de acordo com as definições do Item "h" desde anexo.



PROJETO BÁSICO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

1. DO OBJETO:

As chamadas públicas tem como objeto a seleção de Empresas de Serviço de Conservação de Energia (ESCO) e/ou Empresas de Engenharia para apresentar Proposta e Projeto de Eficiência Energética-(PEE) , promovido pela Concessionária Light S.A. para o Município de Paracambi e viabilizando a participação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em Chamadas Públicas de Projetos de Eficiência Energética promovidas pelas Concessionárias de Energia Elétrica, em especial, a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A., em razão da lei 13.280/16, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. – SOBRE O PROJETO:

2.1- O Município de Paracambi busca participar do Programa de Eficiência Energética, nos termos das Chamadas Públicas da Light, através da apresentação de projeto que preze pela efficientização do parque luminotécnico, visando à melhoria dos níveis de iluminação e/ou eficiência energética reduzindo a potência instalada e buscando a redução do consumo de energia elétrica, eliminando, com isso, os materiais obsoletos e tecnologias ultrapassadas. Tal projeto se justifica tendo em vista o tipo de iluminação aplicada no Município, em sua maioria, ter se revelado pouco eficiente quando comparado às novas tecnologias disponibilizadas no mercado (luminárias com tecnologia LED).

2.2- O objetivo do projeto no escopo do Programa de Eficiência Energética no Município de Paracambi deverá considerar:

Inovação; Incentivo a novos modos / formas de uso; Desenvolvimento, Promoção e estímulo às novas tecnologias; Criação de hábitos para racionalizar o uso; Eliminar o desperdício; Viabilizar ações de impacto para a sociedade; e Preservar o meio ambiente.

2.3- A busca é por um modo energético de produção mais eficiente, eficaz e efetivo, onde seja possível conceber modelos de estruturas organizacionais da administração Municipal, no Parque Luminotécnico. Neste sentido as ações devem contribuir com a ampliação e melhoria da capacidade técnica e administrativa do Município de Paracambi favorecendo um efeito multiplicador na concepção de projetos de Eficiência Energética.

2.4- A Empresa participante arcará única e exclusivamente com todas as despesas necessárias à elaboração do projeto e, independente se for o projeto selecionado ou não no Programa de Eficiência Energética, não será devido nenhum valor por parte do Município de Paracambi.

2.5- O projeto deverá atender aos critérios estabelecidos pelo PROPEE / ANEEL e chamadas públicas da Light.



3- JUSTIFICATIVA:

3.1-As Chamadas Públicas se fundamentam na necessidade de cumprir com as exigências da Light Serviços de Eletricidade S.A. para a elegibilidade em suas Chamadas Públicas de Projetos de Eficiência Energética.

3.2– Reduzir o consumo de energia no Município de Paracambi e, consequentemente contribuir para a redução da pressão sobre a matriz energética hídrica e o uso de fontes complementares poluentes, emissoras de gases causadores do efeito estufa, conforme preconizam os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3.3 – Proporcionar redução nos gastos públicos com a manutenção e com o custo de energia otimizando o uso de recursos públicos, através da substituição de lâmpadas e refletores por modelos de LED, que possuem maior durabilidade, descarte ecológico e menor consumo de energia, requalificando ainda a luminância dos espaços municipais (Unidades de saúde, Ruas, Praças, Prédios públicos, Escolas, creches, hospitais).

3.4 – Substituir equipamentos e aparelhos obsoletos ou de tecnologia ultrapassada, com baixa eficiência energética, por equipamentos mais eficientes.

3.5 – Implementar sistemas de geração de energia complementar e novas tecnologias que agreguem valor à eficiência energética e preservação do meio ambiente.

3.6 – Desenvolver atividades e treinamentos que estimulem hábitos de uso eficiente da energia, voltado para o município de Paracambi/RJ.

Paracambi, 08 de Outubro de 2020.

Jorge Luiz Teixeira Cavalcante Mat: 14505
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Indústria e Comércio

Pedro José da Rocha
Superintendente de Desenvolvimento
de Projetos



"Seja esperto: não use drogas!"

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.
Rua Sebastião de Lacerda - S/N - Fábrica - Paracambi/RJ - CEP: 26.600-000.

Email:desenvolvimentoeconomico@paracambi.rj.gov.br/desenvolvimentoeconomicopbi@gmail.com Tel: (21) 3693-4480